



O ENSINO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Nome da Autora: MIRIAM SILVÉRIO- UTFPR - miegui2@hotmail.com
Nome do Co-autor Prof. Dr. ANTONIO APRIGIO– UTFPR – aprigio@utfpr.edu.br

Linha de Pesquisa: EDUCAÇÃO ESPECIAL

RESUMO

Este trabalho teve como temática o aluno com deficiência intelectual e as formas de levar o aprendizado até este, com objetivo de conhecer as dificuldades que este aluno apresenta e as maneiras que o ensino deve ser dirigido ao aluno com deficiência intelectual. Trata ainda sobre as necessidades encontradas para se trabalhar com esse público nas escolas e apresentar algumas técnicas que podem ser desenvolvidas pelos professores de maneira que não exclua o aluno e sim proporcione oportunidades de interação. Apresenta conceitos sobre a inclusão do aluno com necessidades especiais visando sua participação em todas as atividades focando em suas potencialidades, relata sobre os direitos que o educando possui quanto ao atendimento especializado por professores capacitados que atendam as necessidades apresentadas, o atendimento educacional especializado e práticas para a inclusão. Sobre as práticas pesquisadas que podem ser trabalhadas com o aluno com deficiência intelectual percebe-se que são práticas focadas em jogos interativos e educacionais de modo a estimular o aluno a desenvolver sua estrutura mental, sua autonomia e autoestima.

Palavras chave: Métodos; aprendizagem; atendimento especializado; inclusão.

1INTRODUÇÃO

Há vários métodos para se trabalhar em sala de aula, abrangendo de modo heterogêneo os alunos. Visando que cada um em suas especificidades possui seus próprios meios de aprendizagem o qual o professor precisa descobrir a metodologia para trabalhar com cada caso. Para tanto é preciso ainda um olhar voltado aos alunos com Deficiência Intelectual.

Verificar como o professor tem trabalhado o quesito inclusão em sua classe e o quanto estão cientes sobre a deficiência intelectual, são fatores que rondam escolas e preocupam pais de grande parte das instituições de ensino.

Os pais preocupados com os filhos para que acompanhem a turma, confiam no atendimento escolar, os professores por sua vez tentam levar o aprendizado a todos sem distinção. Porém é preciso analisar esse profissionalismo como está acontecendo. Analisar se as escolas têm

proporcionado especializações para os professores, tendo em vista à colaboração de todos, escola, comunidade e pais para um trabalho eficaz com estes alunos.

Para que o aprendizado ocorra se faz necessária uma série de fatores como: Ensinar e orientar o professor de como dar apoio ao trabalho diferenciado quando necessário, incentivar a pesquisas e proporcionar tempo e material para isso, incentivar a colaboração dos pais na escola em auxílio com o professor entre outros.

Descobrir meios, métodos e técnicas para que o aprendizado se efetive nas crianças numa fase essencial da vida escolar, onde ocorrerá alfabetização e o letramento e compreensão das quatro operações básicas de matemática. São nestes anos iniciais do ensino fundamental que se dará a base para o prosseguimento dos estudos, por essa razão se dá a importância da preparação do professor para atender o aluno com DI.

Para tal feito são necessários itens de extrema importância, não basta conhecer métodos e técnicas é preciso todo um conjunto de ações que envolvem conhecimentos dos direitos do educando com necessidades especiais, inclusão, adaptação do currículo, apoio e participação dos pais e familiares, equipe multidisciplinar para o diagnóstico e orientações e formação continuada para os professores.

O objetivo do presente estudo é analisar sobre a Deficiência Intelectual entendendo as dificuldades apresentadas nos alunos e sugerir alguns métodos para desenvolver trabalhos significativos aos educandos. Propõe ainda analisar a deficiência como uma entre tantas outras barreiras enfrentadas no processo de aprendizagem, porém que pode ser superada, surtindo resultados satisfatórios para alunos, pais e professores.

A metodologia utilizada foi pela pesquisa bibliográfica interpretativa através de artigos científicos e documentos que sustentam Leis e Resoluções sobre a Educação Especial.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de se falar em inclusão é preciso entender as necessidades especiais que alguns alunos podem apresentar. A Deficiência Intelectual (DI) com destaque no presente trabalho traz definições para melhor compreensão de suas características.

A DI por ser difícil de diagnosticar acaba se tornando um impasse nas escolas devido à demora do diagnóstico. Por algum tempo foi utilizado o método coeficiente de inteligência (QI) para se chegar ao resultado. Uma definição baseada no QI fez com que a Organização Mundial da Saúde classificasse a Deficiência em três níveis, leve, moderado e profundo. (GOMES *et al.* 2007).

2.1 Deficiência Intelectual

A DI se caracteriza pela dificuldade de aprendizagem e comprometimento do comportamento assim sendo, ela se manifesta e maneira especial em período escolar. (GOMES *et al.* 2007).

Também definida por Sampaio C. e Sampaio S. (2009) como problemas que ocorrem no cérebro, levando a um desenvolvimento cognitivo baixo, mas que não atingem outras regiões do cérebro.

As causas da DI são 30 a 50% desconhecidas sendo mais relevantes os fatores congênitos, genéticos ou adquiridos. Alguns exemplos de DI são, Síndrome de Down, Síndrome alcoólica fetal, Intoxicação por chumbo, Síndromes neurocutâneas, Síndrome de Rett, Síndrome do X-frágil, Má formações cerebrais e Desnutrição protéico-calórica. (TEDDÉ, 2012).

O diagnóstico precoce é importante, pois quanto antes a criança começar a exercer as aprendizagens cognitivas melhores resultados e desempenho obterá. As potencialidades e dificuldades devem ser diagnosticadas para que sirvam de ponto de partida para o trabalho no sistema de apoio (SILVA; COELHO, 2014).

O diagnóstico indica os melhores meios para se trabalhar além de verificar o grau de dificuldade e as áreas afetadas. Teddé (2012) exemplifica

quatro áreas as quais podem apresentar diferentes necessidades pelo indivíduo, são as áreas motora, cognitiva, sócioeducacional e comunicação como segue a baixo:

- Na área motora explica que alguma criança com DI de grau leve pode não apresentar diferenças em relação a outras crianças consideradas “normais”. Podem apresentar dificuldades quanto á motricidade fina e em casos mais severos podem apresentar dificuldades na coordenação e manipulação e em alguns casos pode vir a andar tardiamente;
- Na área cognitiva a criança em fase escolar apresenta dificuldades para aprender conceitos abstratos, resolução de problemas, memorização e atenção. Mesmo assim pode se desenvolver como as demais crianças, porém através de um processo mais lento;
- Em relação à dificuldade socioeducacional existe alguns casos de DI onde há uma distinção entre idade cronológica e mental. Diante este fato a criança deve estar inserido sempre no meio onde há outros com a mesma idade cronológica, para que possa aprender valores e realizar as mesmas atividades;
- A comunicação em alguns DI também se torna uma dificuldade fazendo com que suas relações também sejam estreitas. (TEDDÉ, 2012).

2.2 A Deficiência Intelectual na Escola

A DI desafia a escola quanto a seus métodos de trabalho, o aluno que possui essa dificuldade precisa de atendimento especial voltado a ele, porém sem se desvincular do restante dos alunos.

É no período escolar que a criança pode apresentar suas dificuldades e a escola, muitas vezes, não está preparada para atender a essas necessidades se vê desorientada podendo acentuar ainda mais a deficiência ao invés de trabalhá-la, é o que explica (GOMES *et al.* 2007).

O aluno com deficiência intelectual apresenta dificuldades em construir o conhecimento e também em mostrar suas capacidades. Essas dificuldades são agravadas quando a escola se apresenta em modelo tradicional de ensino onde o aluno somente recebe informações sem interagir e sem ser estimulado. Essas escolas acabam por enfatizar a deficiência inibindo o desenvolvimento da aprendizagem do educando (GOMES *et al.* 2007).

Visto que o educando precisa se sentir parte de sua classe, sentir-se acolhido não pela sua dificuldade, mas por suas capacidades.

Verifica-se um caso em que a escola em seu todo, ou seja, todos seus integrantes devem atender esses educandos levando até eles o aprendizado, estimulando-os para que não haja no meio do caminho a desistência. Essa desistência acontece devido a muitas escolas atenderem os alunos de forma limitada, não oferecendo o que ele precisa para seu desenvolvimento. A evasão acontece seja por questões sociais, deficiências ou diferenças sexuais, pois precisam de apoio e atenção como qualquer outro aluno (FARIAS; SANTOS; SILVA, 2009).

Isso significa que, em muitos casos o aluno é discriminado pelos itens citados a cima o que o desmotiva e os leva a desistência.

Escolas em que predominam conceitos conservadores e autoritários podem inibir o desenvolvimento do aluno, muito mais quando este possui DI. Essas escolas muitas vezes prezam pela competição e o despejamento de conteúdo. Dessa forma o professor se vê sobrecarregado buscando em muitos casos tirar o aluno com DI de sua sala encaminhando-o para qualquer lugar que possa dar atendimento especial. Essa atitude enfoca a deficiência do aluno deixando o de lado excluído. (GOMES *et al.*, 2007).

Gomes *et al* (2007) diz que a escola precisa se adaptar a esses alunos e não vice versa, é preciso recriar suas práticas, mudar suas concepções, reconhecendo e valorizando as diferenças. O ato de ensinar é coletivo o professor disponibiliza um conhecimento para todos sem exceção.

A readaptação das escolas para acolher e trabalhar com o aluno com necessidades especiais envolve diversos elementos. Para um cadeirante, por

exemplo, a disponibilidade de rampas de acesso, para o surdo há necessidades de interpretes e assim para todo e qualquer tipo de necessidade que os alunos apresentem é preciso uma adaptação.

Para Ribeiro, Lima e Santos (2009) as adequações devem incluir a redução de número de alunos em sala de aula para que o professor possa trabalhar de modo eficiente atendendo todos os alunos. Alguns professores acreditam ser justa a inclusão e as adaptações para acolher esses estudantes e mesmo entendendo o respaldo dos princípios educativos sobre a inclusão muitos docentes se sentem despreparados para aceitarem esses alunos em suas classes.

Sampaio e Sampaio (2009) citam a socialização e a autonomia como um dos benefícios da educação inclusiva e de um modo geral ainda enfatiza sobre a interação entre aluno com e sem DI para uma relação de respeito às diferenças e o desenvolvimento de trabalhos em equipe onde haja efetivamente essa interação.

A inclusão funciona então da seguinte forma, não é preparar algo específico para alguns alunos, e sim organizar conteúdos de forma a atingir todos os educandos.

É através dessa educação inclusiva que o aluno pode viver de forma autônoma e integrada, sendo preparada para interagir de forma independente e funcional em todos os aspectos de sua vida (FRANÇA *et al.* 2008).

Os autores França *et al.* (2008) ressaltam também para os princípios estabelecidos nos estudos de Piaget e Speck (1978) sobre a intervenção ativa com o DI. São os princípios ativos, estruturação, transferência, associação da linguagem e ação e aprendizagens sociais.

Os princípios ativos: é visto que a criança para desenvolver seu aprendizado precisa entrar em contato com o objeto. Princípio de estruturação: propõe que o ensino precisa ser dividido facilitando assim o desenvolvimento individual de forma a alcançar os objetivos propostos. Princípio de transferência acredita que um maior número de repetições de um aprendizado é necessário e também relacionar o objeto com a realidade do

aluno. Princípio de associação da linguagem e ação: determina que para a assimilação entre sistemas verbais e experiências é preciso que haja associação da ação realizada com a palavra correspondente. Princípio de motivação para aprendizagens sociais mostra que é importante criar fatos positivos sobre o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social (FRANÇA *et al.* 2008).

O diagnóstico realizado por especialistas é essencial para criar uma base de como trabalhar com o aluno DI.

É comum o diagnóstico ser realizado em crianças que já frequentam a escola, quando assim, esse processo envolve avaliação psicométrica e adaptativa para identificar as áreas que precisam ser mais e menos desenvolvidas. O apoio prestado a criança com DI deve ser multidisciplinar envolvendo todos que participam de sua vida de modo a fortalecer sua aprendizagem. (SILVA; COELHO, 2014).

2.3 Os Direitos do Aluno Deficiente Intelectual

A criança com necessidades especiais tem seus direitos garantidos por lei é o que fica explícito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Em seu artigo 58º a educação especial é uma modalidade de ensino que deve ser oferecida preferencialmente em rede regular de ensino aos alunos com necessidades especiais.

Os incisos do artigo tratam ainda sobre os serviços especializados que deverão ser ofertados para atender a clientela de educação especial; o atendimento deverá ser realizado em classes, escolas ou serviços especializados, atendendo as condições dos alunos quando sua integração não for possível em sala comum; a oferta do ensino é dever do Estado com início na faixa etária de zero a seis anos de idade para educação infantil. (LDB, 1996).

O art. 59º diz que o sistema do ensino assegurará ao aluno com necessidades especiais currículos, métodos, recursos educativos para atender suas necessidades; professores capacitados para integração do aluno em sala de aula e professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado (LDB, 1996).

O artigo 60º trata dos critérios de caracterização das instituições privadas especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, que os órgãos normativos dos sistemas estabelecerão para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Este por sua vez adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino. (LDB, 1996).

Sobre estes direitos e garantias à educação especializada, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também interage em conformidade com os artigos da LDB.

Em seu artigo 208. Inciso II retrata sobre ações de responsabilidade pelo não cumprimento aos direitos assegurados à criança e ao adolescente de ter acesso ao atendimento educacional especializado.

Esse atendimento não é focado somente aos professores mas a todo o sistema de ensino que deverá proporcionar ao aluno, quando necessário, reforço escolar, atendimento psicossocial às famílias e todos os meios que proporciono o aluno o acesso e a permanência a escola (DIGIÁCOMO M, e DIGIÁCOMO I, 2013).

Os autores explicam sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente que este oferece tratamento preferencial para crianças e adolescentes disponibilizando quando necessário professor especializado para atender a necessidade da criança ou adolescente. É dever do Estado assegurar a criança com deficiência ou não o acesso à educação.

2.4 As Práticas Para a Inclusão na Escola

A inclusão só pode acontecer quando houver a prática voltada às necessidades do aluno, para isso acontece o preparo do professor especializado que atua como orientador e supervisor de tais práticas (EDLER, 1997).

As práticas ocorrem após realizar-se um diagnóstico, avaliar os alunos onde serão identificadas as potencialidades e suas necessidades. Analisando educação escolar é uma instância educativa que trabalha com o desenvolvimento do educando, visando suas habilidades cognitivas juntamente com outras formações como, por exemplo, convicções como habilidade motora. (BRASIL, 2006).

A avaliação se dá pela análise nos âmbitos educacional, aluno e família. No âmbito educacional analisa-se a dimensão educacional escolar e a ação pedagógica sobre os aspectos filosóficos de valores e crenças, a estrutura e funcionamento organizacional, professor, sala de aula, recursos de ensino aprendizagem, estratégias metodológicas utilizadas para o ensino do conteúdo e estratégias avaliativas. (BRASIL, 2006).

Os alunos são analisados quanto ao nível de desenvolvimento e condições pessoais sobre os aspectos de características funcionais, competências curriculares e natureza das necessidades educacionais.

Quanto ao âmbito familiar é levado em consideração o convívio e as características do ambiente familiar. São observadas as condições físicas da moradia, cultura, valores e atitudes, expectativas de futuro, pessoas que convivem com o aluno, relações afetivas e qualidade das comunicações (CAPELLINI; RODRIGUES. 2012).

É necessário que haja mediações entre os aspectos cognitivo, afetivo, linguístico, motores, psicomotores para que aconteça o desenvolvimento de competências e de habilidades para as condutas de adaptação do aluno com DI (BRASIL, 2006).

Habilidades e competências precisam ser desenvolvidas pelo processo ensino aprendizagem. Há competências cognitivas de níveis distintos de ações e operações mentais. Os níveis são básico, operacional e global. (BRASIL, 2006).

O nível básico corresponde às ações mentais que analisam as características dos objetos proporcionando a construção de conceitos são exemplos, levantar dados, analisar e reconhecer um objeto dentre outros localizando sua posição; o nível operacional são ações mentais coordenadas que pressupõe relações entre objetos possibilitando classificar, organizando objetos de acordo com um critério, incluindo classes e subclasses; seriar, organizando objetos de acordo com suas semelhanças ou diferenças; o nível global compreende as ações e operações mentais mais complexas que exigem a aplicação dos conhecimentos a situações diferentes e à resolução de problemas inéditos, são exemplos, analisar determinados objetos com base em princípios, valores; explicar causas e efeitos de determinados fatos e fenômenos; fazer generalizações a partir de leis ou de relações descobertas ou estabelecidas em situações diferentes.(BRASIL, 2006).

Sobre o processo ensino aprendizagem destacam-se elementos tais como o aluno que constrói seu conhecimento, os objetos do conhecimento e os educadores que atuam como mediadores entre o aluno e o objeto de estudo (BRASIL, 2006).

Gomes *et al.* (2012) relatam sobre algumas práticas vivenciadas em escolas de maneira a desvalorizar a potencialidade do aluno. Atividades comuns que se tornam repetitivas e alienadas as dificuldades dos alunos. Um exemplo muito comum é a colagem de bolinhas de papel. Essa atividade pode ser vista de duas maneiras, umas delas é de forma aleatória onde o professor entrega ao aluno uma folha com uma figura e pede aos alunos que cole as bolinhas sobre os traços do desenho. Dessa forma o aluno está fazendo o que se pede seu cognitivo não está livre para atuar, apenas está reproduzindo.

Outra forma seria deixar o aluno livre para que ele cole as bolinhas de papel onde ele desejar sobre o desenho, e não seguir traços sem sentido para ele. Através dessa metodologia o aluno pode criar e inventar outro desenho ou

implementar o que lhe foi entregue. Seu desenvolvimento cognitivo estará em desenvolvimento, ou seja, em ação. (GOMES *et al.* 2012).

A socialização também entra como prática para inclusão, ela precisa ser vivenciada tanto na escola regular como no Atendimento Educacional Especializado (AEE). A socialização exige construções cognitivas e compreensão da relação com o outro. O que não pode acontecer é a falsa socialização, onde o estudante é tolerado em sala de aula perpetuando sua exclusão. (GOMES *et al.* 2012).

Para a inclusão do aluno com DI ou qualquer outra necessidade especial é preciso um conjunto de práticas educativas pedagógicas que tenham profissionais capacitados e que seja oferecida a eles capacitação. É preciso da socialização da valorização do aluno e suas potencialidades, de atividades que proporcionem ao aluno desenvolver sua criatividade entre outras.

Sobre estas práticas Ribeiro, Lima e Santos (2009) mostram que a escola inclusiva precisa ter um projeto pedagógico o qual toda equipe possa discutir, entender e promover transformações em sua organização e funcionamento tendo por finalidade atender as necessidades dos alunos. Aos professores é necessário que desenvolvam domínio teórico-prático sobre as concepções buscando o aperfeiçoamento de sua prática. “Logo, uma nova abordagem educacional pressupõe pensar o ensino a partir de uma atitude aberta, flexível e, sobretudo, reflexiva em relação à própria prática educacional”. (RIBEIRO; LIMA; SANTOS, 2009, p. 95).

As práticas precisam ser estudadas e analisadas para que sejam desenvolvidas de maneira a atender este alunado com dificuldades e assim fazer com que a inclusão não fique somente em teoria e que aconteça verdadeiramente em sala de aula e em outros ambientes escolares ou não.

2. 5 Métodos Para Aprendizagem do Aluno com Deficiência Intelectual

Os métodos para trabalhar a aprendizagem dos alunos com DI são muitos, porém é preciso conhecimento, saber desenvolvê-lo para então se chegar ao aprendizado efetivo.

Silva e Coelho (2014) falam sobre Maria Montessori, que trabalhou com psiquiatra em asilos e constatou que as formas como eram tratados não lhes permitiam desenvolvimento. Então investiu em estudos de outros pesquisadores, médicos-educadores e assim criou seu próprio método focado em objetos concretos. Seus estudos se concretizaram em um trabalho que realizou com jovens com DI onde identificou que as dificuldades advinham da pouca estimulação sensorial.

A qualidade do processo de aprendizagem depende das atividades construtivas dos alunos, da natureza do conteúdo, da metodologia didática e das ajudas que lhes são prestadas por professores e pelos próprios colegas. (BRASIL, 2006).

Acredita-se então dessa forma que para cada conteúdo há uma maneira metodológica que atinja aos alunos, não há métodos específicos para tal ação, pois é preciso visar sempre à individualidade do aluno.

Pode-se falar de métodos utilizados para os dois conceitos básicos do ensino a matemática e a língua portuguesa.

Um passo inicial para se trabalhar conceitos matemáticos é proporcionar aos alunos situações de aprendizagem em que eles mesmos possam construir seus conceitos. Os jogos matemáticos, por exemplo, são um ótimo meio para essa aprendizagem. Por terem caráter lúdico despertam nos alunos curiosidades e atenção o que podem levar a interação, no caso com a matemática. (ROCHA, 2010).

Os jogos auxiliam na construção de conceitos, eles fazem com que os alunos criem, se socializem de maneira com que auxilia o desenvolvimento de estratégias para resoluções de problemas. Durante a confecção de jogos os alunos aprendem conceitos básicos como cor, forma e tamanho e despertam ainda para criação de regras demonstrando e desenvolvendo sua autonomia e autoestima. Assim também se dá com jogos matemáticos que contribuem para

o desenvolvimento de sua estrutura mental de números é o que explica Rocha, (2010).

Rocha, (2010) ainda lembra sobre a importância de se manusear e trabalhar com materiais adaptados e de jogos matemáticos. As atividades também precisam ser planejadas e dirigidas com metas e objetivos definidos.

As atividades não se diferem das outras, precisam ser atrativas aos alunos e despertar neles interesse para que se desenvolvam no processo da alfabetização. Tarefas com grau elevado de dificuldade causam desmotivação nos alunos, entra neste momento a mediação pedagógica realizada pelo professor para apoiar e auxiliar o educando em seu desenvolvimento durante uma atividade quando ele demonstrar dificuldades.

As estratégias são várias para se trabalhar com o aluno DI, são jogos, atividades voltadas à realidade do estudante para que se sinta estimulado outro método importante é utilização de computadores. Independente do recurso que se utiliza o que vai concretizar o aprendizado será a abordagem teórica sobre o uso desse equipamento. Há *softwares* que permitem a interação do aluno com o computador de maneira que este aprenda como os métodos tradicionais. O professor precisa estar atento à esse processo para que possa analisar como o aluno está procurando as respostas. (FALCONI; SILVA, 2002)

Junior (2010) ressalta sobre o benefício dos jogos estimulando o cognitivo de maneira prazerosa, pois acredita que a criança satisfaz suas necessidades básicas como nos aspectos físicos, social e psíquico. Aponta o uso do computador como uma ferramenta que auxilia o desenvolvimento do aluno. A atividade no computador permite ao educando utilizar seu corpo e sua mente.

Quanto aos jogos Valle (2008) explica sobre sua importância e que precisa estimular a criança não somente a jogar e adquirir conhecimentos sistematizados e sim fazer com que as crianças entendam os jogos, interpretando, questionando e buscando soluções para os problemas.

Sendo assim o olhar do professor é imprescindível, estar atento ao rumo que os jogos e qualquer atividade estejam tomando para que não fujam do

verdadeiro objetivo que é aprender. As atividades precisam ser dirigidas instigando o aluno a concentração, observação e assim aprendizagem.

Outro método é a utilização de cartazes, a criança realiza trabalhos que ficarão expostos na sala de aula ou em corredores, quando ela olha percebe o trabalho que fez tornando-o uma referência visual assim também estimula sua memorização. (FALCONI; SILVA, 2002).

Em sala de aula o professor deve trabalhar de forma sempre a integrar o aluno com a turma, fazendo com que ele disponha de todo material didático que as demais crianças utilizam. Os trabalhos em grupo também são importantes, pois proporciona ao aluno com DI o companheirismo com os outros alunos e trabalha o respeito às diferenças. (FALCONI; SILVA, 2002).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A deficiência Intelectual é apenas mais uma entre tantas outras, seja qual for a dificuldade do aluno é preciso ter em mente que o trabalho deve ser bem elaborado com a finalidade de desenvolver o aluno. A deficiência intelectual como explica Teddê (2012) faz com que o desenvolvimento em algumas habilidades aconteça de forma lenta.

O importante não é quem irá perceber a dificuldade, mas sim que uma vez identificada comece o quanto antes o apoio. Após todas as análises realizadas chega-se um ponto de partida é momento de agir de fazer com que a prática coincida com a teoria.

Gomes *et al.* (2007) vem expor sobre como agir dentro da escola como o aluno DI. Compete então à escola trabalhar as habilidades explorando outras capacidades do aluno para que esse se desenvolva por completo. É fato que para realizar este trabalho algumas necessidades educacionais são importantes.

Escola sozinha não consegue agir assim como o professor o aluno e os pais sozinhos não podem resolver o problema, o trabalho é em equipe

envolvendo todos com um único objetivo, o de desenvolver a criança plenamente.

Nascimento (2009) ressalta sobre o atendimento ao aluno com DI, das intervenções pedagógicas e das metodologias que devem ser utilizadas de acordo com as necessidades individuais de cada aluno. Possibilitar ao educando a interação como os demais de modo a promover autonomia, a emancipação, a interação e o desenvolvimento da emoção e afetividade respeitando o ritmo cognitivo e emocional.

Contextualizando todos os pensamentos sobre a DI compreende-se que para o pleno desenvolvimento do aluno com tais dificuldades, depende de investigações, estímulos, compreensão e inclusão. Muitos irão encontrar todos estes quesitos dentro da instituição escolar e esta deverá estar preparada tendo conhecimento dos direitos que estes alunos possuem e de técnicas para se trabalhar a questão.

A formação continuada também é essencial para este processo, o professor não pode adquirir apenas um método diferenciado, é preciso ir além estar sempre atrás de novidades, pesquisar sobre as deficiências, entrar em contato com outros professores que passam ou passaram pelas mesmas situações e assim trocar ideias e criar outras, aperfeiçoamento profissional como cursos de especialização. Para tanto é preciso incentivo e a colaboração de toda equipe escolar. Sobre formação continuada Nascimento define:

[...] todos os que estão envolvidos com a aprendizagem desses educandos precisam refletir sobre o seu papel e, aperfeiçoar as condições oferecidas, para que esses alunos tenham um bom desempenho acadêmico com aprendizagens significativas e contextualizadas com suas necessidades e interesses.(NASCIMENTO, 2009 p.289).

O relacionamento escola e família também precisam ser valorizados, os pais precisam acompanhar o desenvolvimento de seus filhos e o professor precisa buscar essa interação.

A deficiência intelectual pode ser superada desde que haja a cooperação entre todos. A criança com deficiência intelectual precisa aprender como qualquer outra criança, não pode ser vista como caso perdido, precisa

ser valorizada em suas habilidades e trabalhar com paciência suas dificuldades.

Toda e qualquer atividade que o professor venha a desenvolver com sua turma, é preciso antes um planejamento para que o ensino não seja de forma banal e sim dirigido. O ensino precisa abarcar a todos sem distinção. Falconi e Silva (2002) relatam algumas estratégias possíveis para serem desenvolvidas como: trabalhar com a realidade do aluno e dar ênfase em suas habilidades; manter rotina diária; as atividades devem ser explicadas lentamente e repetir quantas vezes forem necessárias, pois a repetição possui grande importância no desenvolvimento da criança com DI; observar como o aluno reage e age a cada nova atividade; propor trabalhos que desenvolvam as habilidades sociais, de comunicação, cuidados pessoais, autonomia; trabalho em campo pesquisas, atividades com práticas e vivências estimulando o conhecimento e novas ações; dramatização com músicas, teatros e leituras entre outras.

Acredita-se que com tais estratégias o aluno desperta para o conhecimento através do interesse e participação em todas as atividades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho expôs uma deficiência muito comum nas escolas a Deficiência Intelectual. O tema abrange ainda uma das dificuldades enfrentadas pela escola a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais, um item esta ancorado em outro.

A deficiência intelectual por não se mostrar visível em muitos casos, passa despercebida pelos professores ou ainda é vista como preguiça e falta de interesse por parte do aluno. Acredita-se então que uma avaliação inicial seja o primeiro passo para um professor que está conhecendo sua turma.

A avaliação pode detectar as dificuldades e as potencialidades de cada aluno, só assim o professor pode começar a trabalhar os conteúdos e identificar o aluno com deficiência intelectual.

Quando identificada a DI o professor juntamente com equipe pedagógica deve procurar os melhores meios para o aprendizado do aluno. Ressaltando que o diagnóstico deve ser dado por profissionais como psicopedagogo, psicólogos ou médicos após muitas avaliações.

O professor conhecendo seu aluno e sabendo de suas necessidades deve buscar auxílio para trabalhar com este de maneira não exclusiva, mas de forma que o aprendizado chegue a todos sem diferenciação. Buscar métodos diferenciados para desenvolver o conteúdo com a turma toda e respeitar o tempo de cada aluno, especialmente o que apresenta DI são fatores essenciais para um aprendizado significativo.

Este estudo apresenta uma proposta a ser trabalhada e pesquisada, expõe a Deficiência Intelectual de uma forma inovadora não vista como empecilho, mas sim uma barreira que pode ser vencida com pesquisas e estudos sobre. O artigo é uma pequena contribuição aos professores que em algumas situações se sentem desesperados sem orientação de como lidar com seu aluno.

Um pesquisa de campo provavelmente pode vir a complementar esse estudo, uma vez que o assunto é amplo e quanto mais pesquisas e informações melhor é será para o conhecimento da Deficiência Intelectual e de como agir, como trabalhar com os alunos.

O trabalho pode alertar sobre a Deficiência a professores e envolvidos no aprendizado do aluno, quando não conseguem entender o motivo pelo qual este apresenta dificuldades e não consegue aprender. Leituras complementares são extremamente importantes, cada artigo pesquisado apresenta informações relevantes sobre a DI.

Para ensinar bem é preciso conhecer e entender do assunto, assim o aluno com Deficiência Intelectual pode desenvolver suas funções cognitivas aprendendo e se desenvolvendo no seu tempo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, 24 de setembro de 2009.

BRASIL, **Saberes e práticas da inclusão**: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 92 p.

CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Vivências do Curso de Práticas Educacionais Inclusivas na Modalidade Ead**: Relatos Dos Cursistas. Bauru: Faculdade de Ciências. Bauru/UNESP, 2012, p.237, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Bauru: UNESP/FC, 2012.

DIGIÁCOMO, Murilo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado**: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (atualizado até a Lei nº 12.796/2013, de 04 de abril de 2013). 6º Ed. Curitiba PR. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2013.

EDLER, Carvalho Rosita. A nova LDB e a Educação Especial. **WVA**. Rio de Janeiro, p.13 – 62, 1997.

FALCONI, Eliane Regina Moreno; SILVA, Natalie Aparecida Sturaro. **Estratégias De Trabalho Para Alunos Com Deficiência Intelectual AEE**: Atendimento Educacional Especializado AEE. Disponível em <<https://especialdeadamantina.files.wordpress.com/2014/05/estratic3a9gias-de-trabalho-para-alunos-com-di.pdf>> acesso em: 30 jun.2015.

FARIAS, Iara Rosa; SANTOS, Antônio Fernando; SILVA, Érica Bastos (2009), Reflexões Sobre a Inclusão Linguística no Contexto Escolar, *in* Díaz *et al.* (orgs.), **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas**. Salvador, EDUFBA, 39-48.

FRANÇA, Antonieta *et al.* Abordagem Pedagógica- Educativa: um percurso. **Revista Diversidade**. Madeira, n.22, p. 9-13, outubro-dezembro, 2008.

GOMES, Adriana L. Limaverde *et al.* **Atendimento Educacional Especializado**. Brasília/DE Editora Cromos – 2007.

JUNIOR, Wilson Bini. **O Uso de Mídias Tecnológicas Aliadas ao Ensino Para o Desenvolvimento Cognitivo do Aluno com Deficiência Intelectual**. Trabalho apresentado à disciplina Metodologia Científica, do curso de Especialização em Mídias na Educação, Setor de Educação à Distância da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

NASCIMENTO, Eliane de Souza (2009), A Educação Profissional: interfaces com a educação especial, *in* Díaz *et al.* (orgs.), **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas**. Salvador, EDUFBA, 289-301.

RIBEIRO, Gillianderson Freitas; LIMA, Tânia de Souza; SANTOS, Marilda Carneiro (2009), Inclusão Escolar em Feira de Santana: caracterização da prática pedagógica, *in* Díaz *et al.* (orgs.), **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas**. Salvador, EDUFBA, 91-98.

ROCHA, Naiara. Construindo Conceitos Matemáticos Para Alunos Com Déficit Intelectual. **Debates em Educação**. Maceió, Vol. 2, nº 4, Jul./Dez. 2010.

SILVA, Maria Odete Emygdio; COELHO, Fernanda. Da deficiência mental à dificuldade intelectual e desenvolvimental. **Revista Lusófona de Educação**. Campo Grande, n.28, p. 163-180, dez. 2014.

SAMPAIO, Cristiane Teixeira; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha (2009), Convivendo Com a Diversidade: a inclusão escolar da criança com deficiência intelectual, *in* Díaz *et al.* (orgs.), **Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas**. Salvador, EDUFBA, 71-78.

TÉDDE, Samanta. **Crianças Com Deficiência Intelectual: A Aprendizagem e a Inclusão**. Universitário Salesiano de São Paulo, 2012. 99 f. Dissertação apresentado como exigência parcial para aprovação no Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Americana, 2012.

VALLE, Tânia Gracy Martins. **Práticas educativas: criatividade, ludicidade e jogos** / Tânia Gracy Martins Valle, Vera Lúcia Messias Fialho Capellini In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental / Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru : MEC/FC/SEE, 2008.